

AS CONSEQUÊNCIAS DA CONFERÊNCIA DE BERLIM (1884 A 1885) PARA PAÍSES AFRICANOS: O CASO DA RESISTÊNCIA DOS GRUPOS ÉTNICOS NA GUINÉ PORTUGUESA DURANTE A CAMPANHA DE PACIFICAÇÃO DE 1913 A 1915, PROTAGONIZADA POR TEIXEIRA PINTO.¹

Basualdo Ireneu dos Reis Gomes²

Ricardo Ossagô de Carvalho³

Resumo: Este artigo trata-se de uma reflexão com centralidade nas consequências do conhecido evento denominado Conferência de Berlim (1884 a 1885) para países africanos: no caso da Guiné portuguesa; tendo, portanto, como objetivo compreender os contornos da resistência protagonizados pelos distintos grupos étnicos durante a campanha de pacificação de 1913 a 1915. Tendo em conta a política colonial de interferência nos direitos dos povos da Guiné para sua submissão e pagamento de imposto consequentemente para demonstrar o seu domínio no território como recomenda as resoluções da conferência acima citada. Entretanto, foi a partir desta interferência na vida política, econômica, cultural e religiosa dos nativos que os mesmos protagonizam a resistência contra ideologia colonial portuguesa e a sua ocupação militar que suportava a exploração do Homem pelo Homem dentro do território africano em geral e em Guiné-Bissau em particular. Para realização deste artigo foi usada fontes bibliográficas, como artigos científicos, teses e dissertações que deram suporte à materialização deste trabalho.

Palavra-chave: Guiné Portuguesa; Campanha de pacificação; Colonialismo e Resistência.

1 - INTRODUÇÃO

Os processos da resistência na Guiné foram sempre sangrentos. Algumas literaturas bissau-guineenses confirmam a existência de inúmeras revoltas protagonizadas por diferentes grupos étnicos nas zonas por eles dominados nas tentativas de negar a submissão aos colonialistas

¹ João Teixeira Pinto nasceu no dia 22 de março de 1876 em Moçâmedes região sul de Angola, filho de Major João Teixeira Pinto, Conhecido no meio da população Indígena Angolana por «*Kurika*» (Leão na língua do Sul de Angola o *Kwanyama*), o conhecido “pacificador da dita Guiné –Portuguesa (NANGURÃ, 2014, p.11).

² Discente de curso de Licenciatura em Sociologia - Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

³ Professor Orientador - Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia

Afro-Brasileira (UNILAB).

portuguesas na Guiné antes da Campanha de pacificação de 1913 a 1915, empreendidas por João Teixeira Pinto e o seu auxiliar Abdul Indjai⁴, que é objeto de estudo deste artigo. Isto porque, os colonialistas tiveram comportamentos que subjuguava as culturas do povo da Guiné-Bissau. Nesse ensejo, esse trabalho tem como proposta compreender as dinâmicas empreendidas durante a resistência dos nativos contra colonialistas portugueses na antiga Guiné, dita portuguesa.

Na visão do Fanon, “os intelectuais que procuram valorizar” as culturas pré-coloniais estão em franca batalha pela reivindicação de uma identidade, de um passado que, ao mesmo tempo “justifica uma cultura futura”. (FANON, 1979. Apud ROLIM, 2016, p.183). Por outro lado, Cabral adverte que “a ideia de que num sistema de repressão colonial, que destrói a cultura do colonizado, a sua contestação terá como primeiro princípio a contestação cultural deste domínio e de seus sistemas racistas de justificação”. (CABRAL, 2012. Apud ROLIM, 2016, p.170). Assim sendo, procuro traçar balizas para responder à questão central que norteia este estudo: como foram desencadeadas as revoltas dos grupos étnicos durante a campanha de pacificação no contexto bissau guineense?

Para realização desta pesquisa, foi utilizado o método de abordagem qualitativa, no qual o objetivo se encontra na análise e compreensão do estudo, sem, no entanto, quantificá-lo. Para isso, usei fontes bibliográficas como artigos científicos, teses e dissertações para dar suporte à sua materialização. Segundo Creswell (2010, p.206) “a investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados”.

O artigo foi dividido em duas sessões. Na primeira, trabalhamos o contexto da resistência étnica bissau-guineenses na qual abordaremos dois (2) pontos de resolução de conferência de Berlim que consideramos fulcral para o desencadeamento da resistência étnica contra poder colonial na Guiné e a instituição de imposto de palhota que visava controlar o nível da obediência dos nativos à autoridade colonial. Na segunda sessão, abordamos os confrontos desencadeados durante a campanha de pacificação expandida por Teixeira Pinto e o seu aliado Abdul Indjai contra

⁴ *Abdul Indjai*, conhecido por “amigo *Abdul Indjai*”, entre os Portugueses, pela sua fidelidade ao Chefe de Estado-Maior João Teixeira Pinto. Tinha matriz Senegalesa de etnia wolóf, nascido e crescido no *village* (Aldeia) de “*Salum*” província de *Kaolack*. (NANGURÃ, 2014, p.21-22).

Soninquês,⁵ Manjacos⁶, Balantas⁷, Pepéis⁸ e Grumetes de Bissau⁹.

2- RESISTÊNCIA PRIMÁRIA

Neste artigo propomos enfatizar as consequências das decisões tomadas na conferência de Berlim para os territórios ocupados pelos europeus no continente africano, que levou a resistência dos nativos perante esta ingerência na forma de organização política econômica e religiosa da África e dos africanos. Assim sendo, neste trabalho procuramos trazer algumas resistências dos nativos (Soninquês, Manjacos, Balantas e Pepéis) desencadeadas na antiga Guiné portuguesa quando os colonialistas instituíram as cobranças de imposto de palhota¹⁰ no início de anos 1904 e revoltas dos nativos durante a campanha de pacificação.

Vale lembrar que já havia acontecido várias campanhas na tentativa de pacificar os grupos étnicos descontentes com invasão portuguesa na Guiné, como afirma Campos (2013, p.57) “os papéis da ilha de Bissau, tal como os outros grupos étnicos, também foram vítimas de várias campanhas de ‘pacificação’, em 1891, 1893-94 1908 e 1915. Somente nesta última campanha, a de 1915, os papéis viriam a ser vencidos”.

A criação de imposto de palhota vem na tentativa de demonstrar controle sobre os dominados. No entanto, com a consolidação das cobranças de impostos implicava a submissão dos

⁵ Os Soninquês eram mandingas não islamizados, da chamada Guiné - portuguesa, maioritariamente habitantes de zonas fronteiriças, concretamente situados entre periferias do rio Farim e a região Senegalesa de Casamança, (NANGURÃ, 2014, p. 45).

⁶ “Manjaco; ” é um grupo étnico que habita na região costeira da Guiné-Bissau, junto ao rio Cacheu. O termo Manjaco, etimologicamente quer dizer “ eu te disse” uma expressão originária do mesmo dialeto. (NANGURÃ, 2014, p. 50)

⁷ Os Balantas pertencem a um dos principais grupos étnicos da Guiné-Bissau e têm como a religião principal “animista, ” localizam-se mais no Norte concretamente nas regiões de Mansoa, Nhacra, Bissorá e na região Sul do país, (NANGURÃ, 2014, p. 42).

⁸ Os Pepéis são indivíduos pertencentes ao grupo étnico do mesmo nome, originários da Guiné-Bissau, e são principais habitantes de Bissau e da região de Biombo, (NANGURÃ, 2014, p. 14).

⁹ Os grumetes são Pepéis baptizados, tendo parentes na ilha e, como pelo seu lado estão ligados com Cabo-Verdiano, hão-de opor uma resistência enorme à ocupação da Ilha, (NANGURÃ, 2014, p. 62).

¹⁰ “Palhota” era uma nomenclatura usada pelos Portugueses em África no período colonial, para distinguir as habitações dos autóctones em relação a dos Europeus, isso num claro menosprezo dessas espécies construções precárias locais, (NANGURÃ, 2014, p. 36).

nativos, conseqüentemente efetivação do domínio da ocupação como recomenda as resoluções da conferência de Berlim de 1884 a 1885.

Numa abordagem a partir de Elikia M'Bokolo (2011), Candé Monteiro (2013) procura trazer informações que dão conta como era a realidade trinta anos antes da primeira guerra mundial.

[...] as três décadas que vão de 1880 até as vésperas da Primeira Guerra Mundial constituem-se, para o continente africano, em anos sombrios, que concentram uma soma inédita de catástrofes, sendo um ponto inicial para analisar as sucessivas violências, que assombraram o continente africano desde a chegada europeia na Costa Africana, a exportação de milhões de africanos pelo mundo, até as resistências desencadeadas por estes como forma de contraposição às terríveis humilhações e violências promovidas pelas autoridades coloniais” (M'BOKOLO, 2011, Apud CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.100).

O continente africano como um todo foi explorado e ainda partilhado sem que tenha participação de um único africano nesta reunião de partilha realizado em Alemanha, conhecida como conferência de Berlim, que começou no dia 15 de novembro de 1884 e terminou no dia 26 de fevereiro de 1885, (vale ressaltar que não é de meu interesse neste trabalho fazer uma discussão teórica sobre conferência de Berlim). Para Garcia (2000, p.11), “o continente africano era visto por muitos como uma fonte de matérias primas e de escravos, que proporcionava mão de obra barata”. Portanto foram três (3) meses cruciais, em que foram decididos o destino de um povo e do seu continente. Durante a conferência do Berlim foram decididos que as potências europeias tinham que mostrar as suas supremacias no território africanos ocupado, sob pena de perder esse território para outra potência capaz de o controlar. Segundo Garcia: O Art.º. 35º a efetividade da ocupação pela “(...) existência de autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos e eventualmente a liberdade de comércio e de trânsito nas condições em que for estipulada (GARCIA, 2000, p.12) ”.

Nota se que, a efetivação da ocupação como determinado no art.º. 35 da conferência levou choque dos interesses entre os nativos e colonialistas portugueses na Guiné, que travaram duras resistências antes, durante e depois das campanhas de pacificação na antiga Guiné portuguesa. Segundo Capossa (2005), era legitimo,

reprimir todos os focos de resistência era dever do colono. Aliás, “no mesmo ano de encerramento da conferência, foram desenvolvidas em Londres as primeiras armas de fogo automáticas”. Em pouco tempo, mesmo os poderosos exércitos africanos se tornaram obsoletos (CAPOSSA, 2005 p. 15).

No entanto, o seu objetivo de evitar possíveis confrontos entre as potências europeias em África por posse de terras ganhou uma direção, mas tiveram que enfrentar resistências dos povos dominados para assim gerir seus interesses no continente. No caso da antiga Guiné portuguesa, os colonialistas portugueses tiveram confrontos com nativos por estes discordarem com cobranças de impostos instituídas por poder colonial.

Vale lembrar que as revoltas e confrontos entre nativos e os colonialistas portugueses tiveram o seu início antes do poder colonial instituir a cobrança de imposto de palhota no decreto de 21 de novembro de 1903 pelo governador Sorvera Martins, no entanto proliferou em janeiro de 1904, quando foi oficialmente instituído a cobrança e a sua obrigatoriedade para os nativos do então Guiné portuguesa.

De acordo com Albino Nangurã (2014), o imposto de palhota visava expandir a capacidade hegemônica e de controle sobre nativos em todo território para assim puder:

- Destruir por completo as estruturas administrativas montadas pelo poder tradicional aí instalado;
- Destruir as normas dogmáticas dos hábitos consuetudinários prevalecente entre o povo indígena;
- Implantar uma norma hegemônica, capaz de permitir um controlo absoluto do território e assim para garantir uma plena soberania Portuguesa. (NANGURÃ, 2014, p.36).

Portanto, estes objetivos criminosos impostos pela administração colonial para inibir as práticas culturais e formas seculares de convivências dos nativos tiveram respostas que efetivamente desencadeou onda elevada de resistência e fuga dos nativos para não se submeterem a estes abusos dos invasores coloniais portuguesa. Uma vez que,

esta, entre outras estratégias, faz parte das resistências desenhadas pelos nativos para enfrentar a redução do número de palhotas. Os manjacos, mancanhas, felupes, dentre outros, optaram por emigrar para territórios vizinhos de Casamansa para dar continuidade ao cultivo dos produtos, que eram taxados na Guiné portuguesa, dentre outras estratégias traçadas pelos grupos étnicos a fim de bloquear o imposto de palhota. Estas foram às primeiras reações denominadas de resistências primárias (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.103).

As estratégias de resistir ao chamado imposto de palhota variaram de aldeias¹¹ em aldeias. Algumas aldeias não teriam capacidades de resistir e optaram por fugir para países vizinhos da

¹¹ Aldeia é uma povoação que normalmente agrupa pequenos números de população, com suas autonomias.

Guiné, entretanto aldeias que aparentemente se sentiram capazes de se organizarem para enfrentar os colonialistas portugueses fizeram-na com confiança e determinação.

Em outras ocasiões, os portugueses contaram com apoio dos chefes de aldeias (régulos) para assim poder dominar e impor à submissão dos nativos perante as exigências de pagamentos de impostos, por outro lado existiam também segundas intenções em recrutar nativos para prestarem serviços militar ao seu favor. Pois,

o recenseamento para o imposto de palhota implicava a recolha de informação estatística vital acerca da população indígena, que estava dividida em seis categorias, por idades, além de sexo e Estado civil. A informação era importante não só para fins fiscais, mas também para outras coisas, como por exemplo, trabalho forçado e serviço militar (MENDY, 1994, apud CANDÉ MONTEIRO, p.108).

Nesta perspectiva, o próprio recenseamento em si encobria outras pautas da política colonial que era africanização dos confrontos. Eram evidentes que em algumas circunstâncias as colonas das tropas portuguesas se sentiam baixas consideráveis nos confrontos com nativos por desconhecer os territórios por estes dominadas. Uma vez que nem todos os régulos se alinharam aos caprichos dos colonialistas. Em várias aldeias os próprios régulos foram protagonistas da revolta contra qualquer tipo de interferência dos colonialistas. Com inúmeros confrontos protagonizados por nativos contra administração colonial ponham em causa a “autoridade” que o poder colonial pretendia exercer contra os colonizados na Guiné portuguesa. Entre esses e os outros motivos que relegava Portugal a condição de inferioridade perante os nativos levou a cabo grandes mudanças nas estruturas militares português na Guiné portuguesa e conseqüentemente a nomeação de João Teixeira Pinto para tentar uma nova incursão de pacificação dos nativos, conhecido como campanha de pacificação conduzida por este e Abdul Indjai.

3- CAMPANHA DE PACIFICAÇÃO (1913 A 1915)

A campanha de pacificação liderada por Teixeira Pinto iniciou em 1913, no território hoje conhecida como Guiné-Bissau, como umas das políticas dos colonialistas para melhor controlar a ocupação efetiva dos territórios e instituir a obrigatoriedade de pagamento de imposto de palhota. Tal como nos outros países. “A dominação portuguesa na Guiné-Bissau não foi de total passividade por parte dos indígenas que reclamavam e desacatavam as ordens dos colonos. (AMONA, 2016, p.31). ” Alguns régulos (anciões), por exemplo, recusavam pagar impostos e não obedeciam a

administração portuguesa. O que, no entanto, causou grandes revoltas dos distintos grupos étnicos em diferentes momentos e localidades na antiga Guiné portuguesa.

De acordo com NAMONE (2003, p.62), “o objetivo dessa campanha era neutralizar, pela força das armas, a resistência dos nativos, que recusavam pagar os impostos de palhotas, resistindo à usurpação dos seus poderes e privilégios e exigindo a liberdade e a soberania dos seus territórios”. No entanto, a condição de repressão e perseguição que se vivia na altura levou os nativos à resistência para se protegerem e livrar da opressão colonial.

Portanto, o ato de conduzir os nativos à submissão do poder colonial na Guiné dita portuguesa não foi nada fácil, mesmo Portugal contando com materiais bélicos perante os nativos que dispunha dos conhecimentos territoriais e estratégias de guerras com instrumentos tradicionais. Uma vez que a supremacia que se esperava por parte das colónas de militares portugueses constituía simplesmente em uma mera ilusão do que realmente se passava nos confrontos.

Segundo Candé Monteiro (2013), “os processos de resistência foram relativamente dispersos, moldados pelas reações individuais, isoladas e fragmentadas de todos os grupos étnicos, que gravitavam entre a revolta aberta e a resistência passiva”. No entanto, escolhemos abordar as resistências dos quatro (4) grupos étnicos, a saber: Soninquês; Manjacos; Balantas e Pepéis e Grumetes de Bissau, este último marcou a última expedição de Teixeira Pinto na Guiné portuguesa.

3.1 RESISTENCIA DOS SONINQUÊS DE OIO

Teixeira Pinto numa das suas primeiras expedições na Guiné Portuguesa para pacificar territórios hostis ao colonialismo português a sua caravana e do seu auxiliar Abdul Indjai viu-se os seus grupos metidos numa derradeira batalha em Oio-Farim contra os Soninquês (conhecido pela bravura e hostilidade a poder colonial no seu território) que durou um pouco mais de três (3) meses.

Diferente das outras tentativas de pacificar os Soninquês, Teixeira Pinto e os seus aliados efetuaram uma espécie de perícia para conhecer os territórios a fim de delinear suas estratégias para combater a invencibilidade destes (Soninquês) obtidas em 1902 numa guerra contra Joaquim Pereira (Júdice –*Biker*) e seu aliado soninquês Malam Ba.

Segundo Nangurã (2014, p.45), “após uma renovada visita de inspeção ao território, desta feita, acompanhado disfarçadamente do tal gerente de “uma antiga casa comercial Alemã, o

Francês *Charles Magne*, uma missão que poderia ter acabado mal para Teixeira Pinto na sua passagem pela região de Oio”.

Tendo em conta o nível da hostilidade dos povos Soninquês contra autoridades coloniais desconfiavam de quaisquer interferências externa/portuguesa nos redores do Oio, o que levou, no entanto, a tentativa de assassinar o Teixeira Pinto com veneno quando este organizou uma visita para inspecionar o território Soninquê.

De acordo com Nangurã (2014),

o Chefe de Estado-Maior viria sofrer um envenenamento da bebida por um indivíduo Soninquês, uma das etnias que constituiu um dos seus principais opositores durante as suas campanhas na Guiné, por pouco não morreu, escapando assim a uma morte iminente. Para os indígenas locais, seria de estranhar que um branco estivesse interessado em criar uma sucursal comercial no meio daquelas Tabancas (Aldeias) sediadas no interior das densas florestas de Oio, e sem condições prévias (NANGURÃ, 2014, p.45).

No tocante a isto, em 12 de abril 1913 começou uma ação militar contra Soninquês de Oio em que as colunas de militares portuguesas contavam com apoio de Abdul Indjai e os seus homens fulas. Enquanto que os Soninquês desdobravam esforço para impor as suas estratégias de resistência adquiridas nas batalhas passadas.

Para Nangurã (2014, 47),

Justificavam o ataque à região de Oio, como o facto das hostilidades da etnia soninquês naquela região, serem uma ameaça real para o porto de Mansoa, acabado de construir. Nesta perspectiva, usava o seu carácter psicológico para instigar naquela zona no norte da Guiné, uma brutal incursão contra o povo Soninquês, com vista a quebrar as suas longas invencibilidades face às posições militares Portuguesas.

Na mesma perspectiva de justificativa de ataque a região de Oio o Pélissier (2001, p.149), aponta o seguinte,

os mandingas islamizados são cada vez menos favoráveis a resistência, mas os Soninquês mais do que nunca. A sua ameaça contra o posto de porto de mansoa pode, pois, ressurgir do Norte. É no que quer acreditar Teixeira Pinto, que vai ser-se deste pretexto especioso para justificar a sua invasão do Oio. Perguntamo-nos se ele não ultrapassa as ordens do seu governador, de quem não gosta e que pensou impedir-lhe as manobras. Proibindo-lhe as razias de auxiliares.

No entanto, depois de pretexto maior para justificar seu ataque a Oio, Teixeira Pinto reconduziu ataque contra Soninquês desta vez numa estratégia mais ousado, de usar poucos homens e armamento num lugar completamente perigoso para sua expedição tendo em conta bravura dos

Soninquês. Para Pélissier (2001,149), “o capitão quer entrar na história e, sozinho quebrar a lenda da invencibilidade dos Soninquês. Tendo experimentado o valor de Abdul Indjai e dos seus homens, mas também o dos fulas-forros do sancorlá”.

Vale lembrar que todas as expedições de Teixeira Pinto contaram com auxiliares africanos, era uma das suas estratégias que usava para africanizar os confrontos através dos soldados fulas de Abdul Indjai.

De acordo com Nangurã (2014, p. 48),

para reforçar as suas ações militares, os Balantas de Mansoa eram feitos reféns por Teixeira Pinto que, para além dos voluntários fulas. Para depois servirem de transportadores de munições para diferentes localidades de difíceis acessos nas matas do Oio, sob ação repreensiva de *Abdul Indjay*. Os Balantas para além de não reconhecerem a soberania colonial na região eram tidos como inimigos dos portugueses, bem próximos de Oio. E sabiam mais que ninguém que, a queda de Oio levaria também uma fácil conquista de Mansoa pelos Portugueses, o que seria um rude golpe nos seus desígnios anticoloniais. Por este motivo, as suas participações na guerra ante Soninquês, só seria possível por meio de represália.

Um possível apoio dos balantas aos portugueses na guerra contra soninquês era pouco provável como mostra a citação em cima, isto porque já tinham noção da vulnerabilidade dos seus territórios no caso seus vizinhos Soninquês foram derrotados. O que, no entanto, poderia ajudar nestas resistências étnicas perante um experiente comandante português (Teixeira Pinto) era unidade para uma frente comum de combate. O que Amílcar aproveitou mais tarde para concretização da libertação total do território.

O sangrento confronto de cambadjo deixou a resistência soninquês colapsado perante um poder do fogo irredutível dos milhares de Teixeira Pinto e Abdul Indjai e reforço de Malam Ba. Segundo Pélissier (2001),

Os soninquês estão realmente decididos a resistir e multiplicam os fossos nas pistas. De maneira geral batem-se não nas tabancas, que depressa abandonam, mas nas florestas onde armam emboscadas e metralham o quadrado. Se bem que certo desânimo seja perceptível nas suas fileiras, os duros levam ainda a melhor e envenenam sistematicamente os poços. Ainda que se estejam na estação das chuvas, a sede vai ser um dos obstáculos a esta penetração (PÉLISSIER, 2001 p.151).

Após envenenamento dos poços, os soninques saíram de cambadjo com amarga desvantagem. Por outro lado, Teixeira Pinto lança objetivo de conquistar Mansondé (conhecida como capital de resistência Soninquê) e Morés.

Em junho de 1913 Mansondé sucumbiu à grande investida da força colonialista portuguesa e deitou derrota dos Soninquês.

3.2 RESISTÊNCIA DOS MANJACOS/CACHEU

Os manjacos de região de Cacheu eram conhecidos por sua bravura e hostilidade à autoridade colonial. Tendo resistido na primeira campanha de pacificação desencadeada na sua região em 1904. As situações de constantes hostilidades dos manjacos de Cacheu à autoridade colonial proliferaram em finais de 1913 no qual o administrador e os seus agentes foram atacados no setor de tchur-brique. De acordo com Pélissier (2001, p.156-157),

Teixeira Pinto é chamado com urgência, a 18 de dezembro de 1913, porque a 12 de dezembro, o administrador de Cacheu, tendo vindo recensear as palhotas em tchur, com alguns guardas e grumetes, foi massacrado em Tchur-Brique, de triste memória de (1904), com uma dezena dos seus companheiros, entre os quais o interprete cabo-verdiano. O seu pequeno barco a motor é mesmo incendiado ou então explode. O golpe parece ter tido premeditado pelos papéis do Norte que a partir de 1912-1913, também os portugueses, dali em diante, chamam manjacos.

Portanto, a expedição a chão manjaco teve uma dose a mais de sentimento de revolta por parte da cúpula de Teixeira Pinto e o seu aliado Abdul Indjai¹² por estes terem mostrado serem resistentes a qualquer tipo de invasão ou dominação do seu território pelos desconhecidos. Entre a mistura de sentimento para pacificar terras dos manjacos, por um lado estava fracassada a missão de pacificação realizada em 1904 e do outro lado à situação de assassinato de governador em tchur-brique como ilustra a citação em cima. Segundo Nangurã (2014),

Abdul Indjai tinha planos contra os manjacos, que por razões óbvias, queria vingar-se da perversa situação que passou em chão de manjacos. Dai que a expedição militar contra os autóctones de Cacheu e Pelundo, transformava-se numa oportunidade soberana para Indjay se poder desferrar dos seus inimigos de estimação (NANGURÃ, 2014 p.50).

O sentimento de vingança que movia Abdul Injai contra os manjacos de Cacheu tem a ver com o espírito de invencibilidade demonstrado pelos manjacos em expedição desencadeada em

¹² *Abdul Indjay* quando foi encontrado com o material sob seu poder, sem ter cumprido a promessa da cura da esposa do “Regulo” viria a ser preso, veementemente espancado e queimado pelos populares com ferros ardentes por ordem do “Regulo” dos Manjacos que depois o mandou expulsar da povoação. NANGURÃ, 2014 p.25).

Cacheu em 1904, onde o Indjai e os seus homens lutaram sem sucesso para inibir a resistência manjaco em Cacheu e aldeias arredores.

Vale ressaltar que a nova expedição à região de Cacheu agora sob o comando de Teixeira Pinto e os seus aliados começou numa altura em que a região de Oio dava sinal de um território pacificado. Essa condição possibilitou envios de quase todos os materiais bélicos usados em Oio nos confrontos contra Soninquês para Cacheu e assim desencadear ataques contra um inimigo temível (manjacos). Como afirma Nangurã (2014, p.51), para essa incursão, dispunha de “40 cavalos, com o seu inseparável canhão de 70, com 13 militares de origem Portugueses (dos quais 3 sargentos 6 soldados), com 4 artilheiros e 440 espingardas.

Enquanto que Pélissier (2001) afirma que,

constituída, a sua colona compreende 440 espingardas: dois sargentos, seis soldados europeus, 31 soldados africanos (terríveis Cuanhamas [Ovambos] de Angola) e cerca de 400 auxiliares, entre os quais 53 grumetes. Como o governador Soveral Martins, em 1904, que tinha três vezes mais homens, ele faz com que as duas lanchas-canhoneiras voltem a subir o rio pelundo até tchur-brique, contudo ele segue a pé, a 2 de janeiro de 1914, de Cacheu para o local do massacre (PÉLISSIER, 2001 p.157).

Portanto, marcou se início de um verdadeiro clima de desconfiança e de muita atenção para um possível confronto entre os nativos e os colonialistas apoiados pelos auxiliares africanos, o que costuma ser considerado de africanização da guerra porque visivelmente era uma guerra de africanos com os africanos, uma estratégia que favoreceu bastante os portugueses.

Por outro lado, tinha os manjacos convictos em não deixar perder seus territórios facilmente apesar de terem a noção da superioridade bélica dos portugueses. Segundo Nangurã (2014),

a resistência tornava-se cada vez mais inabalável, fruto dos anteriores erros estratégicos evidenciados pelos colonialistas Portugueses nos anteriores ataques ao Chão-Manjacos. Que por meio de uma articulação perentória das forças militares entre as tabancas locais de “Mato de Cacheu, Cacanda, Pecáu, Bianga, Chur-Brique, Pelundo, Tame, Caió e etc...” Conseguiram impor-se, tornando a missão cada vez mais difícil para os avassaladores, liderada por Teixeira Pinto. (NANGURÃ, 2014p.51-52).

A citação em cima ilustra condições desfavoráveis encontrada no teatro da guerra por parte das colunas das forças portuguesa perante os donos da terra. Que segundo Nangurã (2014, p52), “Que como se não bastasse, encontraram no interior do território, uma resistência ao pagamento

do “imposto de palhota, ” a ordem dos régulos locais, em como forma de contrariar a posição colonial sobre matéria”.

Algumas literaturas bissau-guineense afirmam que as colunas dos militares portugueses comandados por Teixeira Pinto tiveram muita dificuldade para dominar e pacificar os manjacos nos primeiros momentos. Cientes dessas dificuldades, tentaram sem sucesso mudar as suas estratégias para poder dominar terras dos manjacos, sugeriram entrega das armas por parte dos manjacos em que terão um acordo de paz. Para Nangurã (2014, p.52), “um pedido considerado pelos líderes dos Manjacos, como sendo uma estratégia do inimigo colonizador, que desenfreadamente luta a todo custo, para usurpar-se de um território que não lhe pertence”.

Com o plano para um diálogo e suposta acordo de paz fracassado, as colunas de tropas portuguesas resolveram atacar algumas aldeias da região de Cacheu, onde tiveram respostas dos manjacos, mas com as suas superioridades bélicas fizeram recuar as forças manjacas. Como confirma Nangura (2014, p.52), “até que em janeiro de 1914, o efetivo militar colonial num forte confronto desencadeado entre ambas as partes, toma por assalto a zona de Basséral e pequenos subúrbios da antiga cidade de ‘Teixeira Pinto’ atual Canchungo”.

Numa situação de desvantagem, os manjacos tentaram contra-atacar como conta Nangurã (2014), “os indígenas tentaram recuperar o território no início de fevereiro do mesmo ano, com uma emboscada em Chur Brique, onde registou dez mortos e vinte e cinco feridos auxiliares”. Enquanto que Para Pélissier (2001, p.158), “entre Capo e Tchur-brique, cai de cabeça na famosa armadilha verde dos pepéis do Norte/Manjacos e só sai dela com uma energia feroz, obrigando as fulas (futa-fulas do chefe Chernó Dialo), aterrorizados, a marchar, porque parar ali é morrer”.

Para tropas portuguesas recuar seria fracasso tremendo numa altura em que tiveram boa parte de território dos manjacos controlado. O papel do experiente Teixeira Pinto foi fulcral para manterem ânimos e enfrentar os manjacos que a cada momento mostravam imbatível. Sabe-se por outro lado, que esse confronto foi preponderante para derrota dos manjacos duraram um pouco mais de cinco (5) horas. Que segundo Nangurã (2014),

calcula-se que nessa guerra o número de mortos por parte dos Portugueses rondava cerca de 25 homens e feridos cerca de 51, todos auxiliares Africanos. Da parte dos Manjacos desconhece-se o número de mortos e feridos nessa guerra, talvez por falta de interesse da parte de Teixeira Pinto ou das autoridades coloniais em geral. Numa guerra que não só foi desgastante no seu ponto de vista físico, como materialmente. Se tivéssemos em conta, as quantidades de cartuchos utilizados pelos portugueses (226000 cartuchos numa média de 350-440 espingardas). (NANGURÃ, 2014, p.53).

O desenrolar desse confronto marca por parte dos manjacos uma grande marca da resistência que era necessário para defender seus territórios. Enquanto que para a portuguesa vitória que em todo caso era necessário para demonstrar a dominação de um dos mais temíveis adversários durante toda campanha de pacificação. Tendo assim desencadeadas muitas represálias depois da submissão dos manjacos. Segundo Nangurã (2014, p54), “desde represálias até à humilhação do régulo local, que foi algemado e preso pelos guerreiros afetos a João Teixeira Pinto, em 27 de março de 1914. Acabando por determinar a subordinação dos populares às autoridades coloniais”.

Em 10 de abril de 1914 as autoridades coloniais portuguesas declaram região de Cacheu consequentemente chão dos manjacos pacificado. Em que assumiram controle do território e efetuaram nomeações dos régulos a seus critérios deixando de lado as nomeações que se faziam com base nos usos e costumes dos Manjacos.

3.3 RESISTÊNCIA DOS BALANTAS DE MANSOA

O fim da resistência dos manjacos marca outro encontro nada amigável entre Teixeira Pinto e os Balantas de Mansoa. Lembrando que na sua primeira expedição realizada na Guiné Portuguesa contra os Soninquês em 1913, Teixeira Pinto teria usado alguns balantas de Mansoa como refém e obrigando-lhes a carregar armas para abastecerem as suas colunas de tropas portuguesas nos confrontos contra Soninquês no Oio.

No entanto, o encontro teria sido antecipado como aconteceu na expedição contra os manjacos, os balantas de Mansoa lançaram um ataque contra a coluna de militares portugueses que estariam nos seus territórios para espionagem na zona oeste do porto de Mansoa sob o comando de Manuel Augusto Pedro. Segundo Nangurã (2014, p.56),

Os Balantas (tal como aconteceram nas outras localidades da Guiné), não se conformavam com os desejos das autoridades coloniais, e contra-atacaram os seus opressores. O registo do acontecimento ficou datado como 5 de fevereiro de 1914, em que a coluna militar portuguesa foi brutalmente surpreendida junto ao rio Mansoa, resultando, naquilo que ficou conhecido como “massacre de Brai e Mambi.

A citação em cima demonstra o clima de desconfiança que reinava no seio dos distintos grupos étnicos perante os convívios com os portugueses em que eram supostos a sofrer pressões

para sua submissão às autoridades coloniais e conseqüentemente efetuar os pagamentos de impostos, o que certamente encoraja os nativos a resistirem contra a interferência colonial portuguesa.

Vale ressaltar que durante o ataque de 05 de fevereiro que desestabilizou a estrutura militar portuguesa em Mansoa e reforçou o nível da hostilidade dos balantas à autoridades coloniais teriam acontecido num momento em que o chão dos manjacos já era considerado pacificado, mas Teixeira Pinto e Abdul Indjai e os seus homens estavam ainda nestas regiões para consolidar a submissão de algumas aldeias arredores do chão dos manjacos no caso Bula dos Bramis/Mancanhes que não ofereceram muita resistência. Para Pélissier (2001, p.161), “desde o massacre de 05 de fevereiro de 1914, no Braia/Bambi, a audácia dos balantas continuou impune, porque o posto de Mansoa, ainda que tenha o capitão Artur de Sampaio Antas à cabeça de uma guarnição, esta é pouco ativa”.

Os relatos do massacre teriam sido explicados às autoridades colônias por um dos sobreviventes como demonstra Nangurã (2014), Relatos de testemunha do massacre, a saber,

“quando chegamos a Brai, o comandante notou que o gentio fugia, esconde-se no mato. Ordenou o guia que chamasse aquela gente e lhe dissesse que não ia já para fazer mal e que queria falar com eles. Mas eles negaram-se a tal, iam sempre fugindo e gritando, como chamando e dando sinal. O guia aconselhou a retirada, porque aquela gente não estava boa e tornava-se perigosa avançar”.

“A estes prudentes conselhos respondeu o comandante com uma ordem de avanço, pois que não estava ali para fazer mal a ninguém e nestas condições nenhum mal eles poderiam fazer”. “Seguiu o pelotão para Bambrinas; mas antes de lá chegar foi atacado pela agente de Brai, que o tinha seguindo de longe e logo também pela gente de Bambi. ”

“O comandante tentou resistir, mas foi empurrado pela gente que o cercava de encontro ao rio de Bambi, que certamente teria atravessado para se salvar, se o rio aí não tivesse grande largura e muita lama. Quis ainda conduzir o pelotão para a retaguarda, indo atravessar o rio noutra ponto mais estreito, mas infelizmente o alferes Pedro é o primeiro a ser atingido com um tiro em pleno peito, caindo morto. A seguir caem mortos também o cabo ferrador Martins e um soldado indígena; então os restantes, vendo o perigo que corriam, procuraram salvar-se metendo o gado a atravessar o rio, atolando-se no lodo, onde foram mortos, chacinados, conseguindo apenas salvar-se cinco e o guia”),(NANGURÃ, 2014, p.57-58).

Desse modo, pode-se falar de um ataque que pegaram os portugueses desprevenidos, mas era do conhecimento das autoridades coloniais que os balantas de Mansoa eram hostis as suas

presenças nos seus territórios. No entanto, depois da autoridade colonial tomarem conhecimento sobre este episódio de massacre nas aldeias arredores de Mansoa, imediatamente fizeram saber a cúpula do Teixeira Pinto com o seu braço direito nas operações de campanhas de pacificações Abdul Indjai e os seus homens a fim de tomarem diligencia contra os Balantas de Mansoa.

Portanto, Teixeira Pinto organizou a sua caravana e do seu auxiliar Abdul Indjai, partiram de Bula para Mansoa numa ação objetiva que visava inibir todas as formas de resistência dos Balantas de Mansoa e aldeias arredores, os confrontos iniciaram no dia 13 de maio de 1914. Segundo Nangurã (2014 p.58),

por este motivo foram requisitados os seguintes efetivos: 30 do que resta dos seus 36 Angolanos de etnia Kwanyama, subindo proporcionalmente entre maio e junho de 400 auxiliares para 600 numa fase preliminar, e de 700 a 800 o limite considerado suficiente por João Teixeira Pinto. E ainda com apoio de Abdul Indjai, com os seus homens, incluindo um médico e cinco enfermeiros e uma ambulância equipada.

Por outro lado, Pélissier (2001) afirma que os portugueses,

partem de Bula para o leste, a 13 de maio, tendo por objetivo a distribuição do máximo de tabancas da margem norte do rio Mansoa, até porto Mansoa. Tendo em conta a multiplicidade das aldeias, não se acompanharão os movimentos em todos os sentidos da coluna, que tem sobretudo como palavra de ordem, matar o máximo de homens e distribuir o maior número de espingardas possíveis (PÉLISSIER, 2001, p.164).

Portanto, estas colunas de militares portugueses requisitadas para enfrentar a hostilidade dos Balantas em Mansoa e aldeias arredores tiveram missões que transcendem a pacificação de Mansoa. Porém, Mansoa era centro da Guiné, e era necessário que essa missão não fracassasse porque determinaria instabilidade nas outras regiões consideradas pacificadas e conseqüentemente a soberania portuguesa na Guiné estaria sem dúvida ameaçada.

Tendo consciência desta dupla missão às colunas de militares portugueses, lançaram uma ofensiva violenta contra os Balantas, para se vingar dos seus homens mortos nos ataques em Brai e Bambi e pacificar Mansoa posteriormente, mas tiveram resposta dos Balantas que não se deixavam sucumbir perante autoridades coloniais.

De acordo com Nangurã (2014),

a má preparação militar por parte dos Balantas e a competência militar que Teixeira Pinto tinha, causou uma autêntica chacina entre os insurretos. Por causa dos números indeterminados de Balantas mortos, enquanto da parte colonial, havia 12 baixas, todos auxiliares autóctones. Desta feita, a ação

de Teixeira Pinto e *Abdul Indjay* parecia resultar, no que seriam os objetivos imediatos para essa localidade (NANGURÃ, 2014, p.59).

A forma de organização dos Balantas constitui certamente um elemento chave para o fracasso nesta batalha uma vez considerado de sociedade horizontal que não tinha, por exemplo, a figura do regulo. Tomavam decisões por via de “conselho de anciões” onde certamente cada um decidia conforme interesse da sua família e dos seus patrimônios.

Perante esta situação, a expedição a territórios dominados pelos Balantas ganha contornos favoráveis para Teixeira Pinto o que o fez avançar com as suas colunas de tropas para setores arredores de Mansoa para dar consistência as suas ações contra Balantas, como afirma Pélissier (2001),

as primeiras tabancas (entre as quais Jugudul) caem sem dificuldade na frente da coluna, que se retorçe, sob as trombas de água, em direção ao oeste. Os combates são quotidianos, mas pouco violento e, a 30 de junho de 1914, Nhacra, muitas vezes evocada no decorrer dos três decênios precedentes, é atingida sem dificuldade, bem como Cumeré, pelo interior, não se defendendo sequer os Balantas locais (PÉLISSIER, 2001, p.166).

As poucas capacidades de resistência apresentadas pelos Balantas nas aldeias de Jugudul, Nhacra e Cumeré eram interpretadas para coluna como sinais de submissão dos Balantas e consequentemente fim da incursão. O que não esperavam era uma comunidade Balanta irredutível à imposição dos portugueses nas suas terras.

No entanto, Teixeira Pinto apressa a organização da sua estrutura militar em Jugudul, Nhacra e Cumeré com intuito de consolidar a submissão dos Balantas nestas aldeias, como afirma Pélissier (2001, p.166), “Teixeira Pinto escolhe a implantação do posto de Nhacra, manda vir um oficial com uma guarnição de 15 homens e um canhão, depois volta a Bissau a 2 de julho”.

Enquanto se considerava que as situações em territórios dos hostis Balantas estavam sob o controle da autoridade colonial, os Balantas não baixaram braço perante domínio colonial no seu território e atacaram homens de Abdul Indjai, como constata Nangurã (2014, p.60) “numa missão de pilhagem em changé, foram surpreendentemente atacados pelos Balantas locais. Onde provocou a morte de todos os auxiliares ligados a essa operação de saques conduzidos por Abdul Indjai, também o único sobrevivente do ataque”.

Vale lembrar que as incursões em Nhacra e Cumeré, aldeias vizinhas a Bissau fizeram os Pepéis e Grumetes de Bissau estar em estado de alerta perante um possível ataque dos portugueses

porque eram os únicos que ainda não foram atacados em relação aos grupos étnicos residentes na zona continental da Guiné que eram considerados hostis a autoridades colônias.

No entanto, controle efetiva dos territórios dominados pelos Balantas, Mansoa e aldeias arredores só veio a ser possível quando o Teixeira Pinto decidiu efetuar uma nova incursão contra Balantas. Como afirma Nangurã (2014, p.60) “uma ação que terminou com um balanço negro para a população indígena de quarenta e nove baixas contra dezessete auxiliares da parte colonial. Foram apreendidas de 6000 espingardas de origem pederneira e 31 armas de guerra”.

3.4 RESISTÊNCIAS DOS PEPÉIS E GRUMETES DE BISSAU

De regresso à Bissau, Teixeira Pinto objetivou pacificar os territórios dominados por Pepéis e Grumetes que eram conhecidos por suas hostilidades às autoridades coloniais Portuguesa, no entanto, esse objetivo protagonizou choques de interesses comerciais entre os residentes da ilha de Bissau. Pois, “a ilha de Bissau era centro de comércio entre os comerciantes libaneses, grumets luso guineenses (grupo de elites) e os papéis onde se fazia contrabando de armas pólvoras e álcool”. Ainda sobre esse efeito, o mesmo autor nos testemunha que “João Teixeira Pinto havia repudiado veementemente esta prática, porque no entender deste implacável militar de carreira, a venda das armas aos insurretos dificultaria de que maneira, a paz e a submissão destes à soberania colonial ” (NANGURÃ, 2014, p.61).

Assim sendo, no dia 13 de maio de 1915 o comandante Teixeira Pinto decretou a proibição de vendas de armas e outros produtos. Nessa ocasião os mais lesados com este decreto (Grumets e Papéis posteriormente) que interferiam claramente nos seus interesses comerciais em Bissau optaram por incentivar revoltas dos papéis que são numerosamente maiores para confrontos com os portugueses como afirma Nangurã (2014),

no entender dos grumetes, além de ir contra os seus interesses comerciais, iria facilitar a incursão de Teixeira Pinto e Abdul Indjai, ao território, podendo causar saques e roubos dos seus bens. Razão pela qual, os homens de negócios instigavam com muita veemência as ações belicistas dos pepéis em Bissau, contra os portugueses. E resolveram ir contra a lei de cobranças dos impostos de palhotas aos pepéis”. (NANGURÃ, p.61).

A partir da constatação acima, pode-se perceber que havia interesse por parte dos papéis em serem libertos dos abusos e violências coloniais, por outro lado os Grumetes com seus interesses

comerciais ameaçados levaram a impulsionar e incentivar os papéis para que estes criassem revoltas em Bissau, como aponta Pélissier (2001),

as hostilidades começam a 29 e 30 de maio de 1915, no rio imperial, onde grumetes e papéis observaram da ilha de Bissau o vaivém das embarcações e dispararam sobre elas. Os marinheiros respondem com a metralhadora e Teixeira Pinto, de Nhacra manda bombardear Antula (PÉLISSIER, 2001, p.171).

Vale lembrar que os papéis já haviam resistido contra autoridades coloniais em campanhas de pacificação de 1894 e 1908 onde saíram invencíveis, mas para este item interessamos abordar somente a resistência dos papéis durante campanha de pacificação empreendida por Teixeira Pinto e Abdul Injai contra os Pepéis e os Grumets (poderíamos dar destaque a influência política e diplomática dos Grumets perante autoridade colonial, porém demandaria um outro trabalho que fugirá do objetivo deste artigo) de Bissau em 1915.

Os confrontos contra os pepéis em Bissau estenderam-se para outras aldeias dominadas principalmente pelos papéis. Na medida em que as colunas de tropas portuguesas avançavam com os seus poderios bélicos e seus aliados africanos, os papéis e Grumets recuavam por falta de materiais bélicos a medida da dinâmica que os confrontos empreendiam.

De acordo com Nangurã (2014),

devido a essa ferocidade de ataque desencadeado pelos guerreiros comandados por Teixeira Pinto a partir dessas zonas, os **pepéis** e **grumetes**, foram obrigados abandonarem a tentativa da resistência, e Bissau cai nas mãos dos Portugueses. Com a tomada da cidade em junho, as autoridades portuguesas sob o comando do experiente Teixeira Pinto, toma uma nova iniciativa para uma incursão à região de Cumura através das mediações das bolanhas da Tabanca de Quecété (NANGURÃ, 2014, p. 66).

A citação acima mostra o quanto ataques desencadeados contra os nativos durante a campanha de pacificação tiveram desvantagens para os nativos, porém na medida em que estes (os nativos) se esforçarem em resistir pelo seu território não poderiam durar por muito tempo porque o inimigo estava revestido de grande poder de fogo.

Para Pélissier (2001),

A 5 de junho, depois de uma violenta preparação de artilharia (duas peças de 105 e quatro de 70) contra Bandim e Intim, pelas 10.30h, mais de 1500 homens sobem para Bandim (as secções de Mamadu Cissé), vindo em apoio aos fulas, os soldados cuanhamas e a metralhadora, e cobrindo Abdul Injai Antula. Os Pepéis-Grumetes, sempre admiravelmente obrigados, abrem um fogo continuo, mas nada podem fazer perante a impetuosidade destes estranhos escaladores de colinas (Intim e Bandim), que não compreendem senão dois portugueses e um sírio-libanês. Sete anos e mais um mês depois da chegada (4 de maio de 1908) dos 664 soldados de

Muzanty a Intim, Teixeira Pinto pode enfim contemplar Bissau, tranquilamente, do seu novo miradouro, sem ouvir um único tiro. (PÉLISSIER, 2001, p.173).

No entanto, é pertinente salientar que as estratégias de africanizar os confrontos usados pelo Teixeira Pinto ajudaram bastante em poder “controlar” os territórios em pouco tempo. Para Nangurã (2014, p.65), “era um confronto onde a presença dos militares de origem portuguesa era completamente inexistente, parecendo ser uma guerra entre fulas muçulmanizados e os Pepéis em plena ilha de Bissau.” As dinâmicas dos confrontos seriam um pouco diferentes se havia ignorado as vantagens que estes poderiam trazer para sua missão de pacificar Guiné.

Portanto, os confrontos com os pepéis e grumets tiveram seu fim no dia 17 de agosto de 1915. Tendo travado antes uma sangrenta resistência até que o poderio bélico dos portugueses confirmou a supremacia militar portuguesa controlando todo o Biombo obrigando a “submissão” dos pepéis as autoridades coloniais portuguesas. Mas segundo Pélissier (2001, p.176), o régulo Cassande “reconhece ter enviado 500 homens a cada combate importante e afirma que, mesmo morto, se bateria ainda contra os brancos, se voltasse a encontrar no além”.

Vale lembrar que essa derrota dos Pepéis contra colonas de tropas de Teixeira Pinto e os seus aliados não determinou a submissão total de Pepéis, porque estes continuavam a fazer sobressaltos de vez em quando a bases portuguesas nos territórios por eles dominados.

CONCLUSÃO

Conclui-se que as resoluções finais de conferência de Berlim foram preponderantes para que o governo português tomasse medidas de controlar o poder na Guiné portuguesa perante diferentes grupos étnicos revoltados com forma de atuação dos invasores portugueses nos seus territórios que interferiam claramente nas suas formas culturais de viver. O que visivelmente causou confrontos que ponha em causa a supremacia portuguesa nas suas coloniais em geral e na Guiné, em particular. Porque em várias tentativas em que se atuavam militarmente para inibir qualquer forma de resistências dos nativos, estes desembocavam confrontos e os portugueses saíam sempre derrotados, até que delegaram missão de pacificar Guiné portuguesa em 1912 para o experiente João Teixeira Pinto.

Vale salientar que o sucesso da missão do Teixeira Pinto na Guiné Portuguesa deve-se a sua estratégia de mobilizar grandes números dos auxiliares africanos a seu favor para confrontos contra os nativos, o que passam a ser considerada por muitos pesquisadores ligados a esta temática

da descolonização dos territórios africanos como confrontos de africanos contra africanos, mas que visava salvaguardar interesses de Portugal no ultramar.

Portanto, as resistências dos nativos realizados de forma dispersas cada um lutando para defender o seu grupo étnico e os seus territórios muitas das vezes sob as ordens dos seus régulos contribuíram para suas derrotas, o que não podia acontecer caso unissem para enfrentar um inimigo comum, o que só veio acontecer mais tarde em meados da década 1950. Por outro lado, podemos considerar que as resistências étnicas serviram de exemplo para sustentar e mobilizar a massa para luta armada de 1963 a 1974 que culminou com a libertação total da Guiné-Bissau na base da unidade nacional (união dos distintos grupos étnicos bissau guineenses) e a unidade binacional (união entre guineenses e cabo-verdianos) sob o protagonismo do movimento da libertação nacional PAIGC.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMONA, Dingana Paulo Faia. Narrativas da nação guineense a partir da literatura. 2016.

CAMPOS, Américo. História da cidade de Bissau até 1915. Editor, Rebordosa, Lisboa. 2013.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. 2013. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador.

CAPOSSA, Romão. Algumas consequências da Conferência de Berlim (1884-1885) para a atual África. **identidade!**, v. 7 p. 10-18, 2005.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução MagdaLopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GARCIA, Francisco Proença. Guiné 1963-1974: os movimentos independentistas, o islão e o poder português. 2000.

MACEDO, José Rivair (Ed.). **O pensamento africano no século XX**. Outras Expressões, 2016.

NAMONE, Dabana. A ANÁLISE CRÍTICA DA INFLUÊNCIA DO PROCESSO DAS INDEPENDÊNCIAS DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS O CASO DE GUINÉ-BISSAU. **Sociologias Plurais**, v. 1, n. 2, 2013.

NANGURÃ, Albino Undiga. **Estudo de caso: perspectiva histórica das campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjai (1911-1915) na Guiné**. 2014. Tese de Doutorado.

PÉLISSIER, René; DE SOUSA, Franco. **História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia (1841-1936)**. 1989.